



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

CMP N.º	7884/21
FOLHA N.º	04
	
SERVIDOR	

Petrópolis/RJ, 04 de outubro de 2021.

PARECER

CMP DL 7884/2021 – DAJ 570/2021

EMENTA: CRIA O PROGRAMA
“EMPRESA AMIGA DO ESPORTE E
DO LAZER” NO MUNICÍPIO DE
PETRÓPOLIS.

I-INTRODUÇÃO:

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade de Projeto de Lei, de autoria do Ilmo. Sr. Vereador Eduardo do Blog, que CRIA O PROGRAMA “EMPRESA AMIGA DO ESPORTE E DO LAZER” NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

É o relatório. Passo a análise jurídica.

II-DOS ASPECTOS FORMAIS:

O Autor do Projeto de Lei visa estimular as pessoas jurídicas a contribuírem para a melhoria da qualidade do esporte e do lazer do município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

CMPN.º 7884/2
FOLHA N.º 05

SERVIDOR

Segundo o autor, o tema objeto do presente projeto de lei pretende estimular a participação da iniciativa privada nas ações de promoção do esporte, visando instituir formas de apoio as empresas às ações, projetos ou espaços de esporte e lazer no município.

Senda, vimos **por reconhecer que este Projeto de Lei é de suma relevância para o Município de Petrópolis**, porém vimos por aduzir que torna-se inviável opinar pela legalidade deste referido projeto, haja vista termos constatado em alguns artigos, alguns vícios de iniciativa, pelo que passamos a descrever abaixo:

Art. 2º- *Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias para a efetivação do presente programa. (A criação deste artigo invade a competência, que ora cabe ao Executivo Municipal)*

Art. 4º- *As pessoas jurídicas participantes do Programa poderão divulgar, com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício do esporte e lazer. (Entende-se como promoção pessoal no âmbito dos proprietários e ou representantes legais das possíveis pessoas jurídicas que assim participarem do Programa.)*

Nesta querela, **entendemos e opinamos ao nobre Vereador**, autor deste Projeto de Lei, que venha fazer uma análise no que ora mencionamos supra dentro dos respectivos parênteses relacionados aos artigos, descrito de forma aditiva e/ou modificativa, para que assim, possa esse



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

C M P N.º 7884121
FOLHA N.º 06

SERVIDOR

Departamento Jurídico **reanalisar e até mesmo podendo opinar pela legalidade e constitucionalidade do mesmo.**

Apesar de reconhecermos a importância deste Projeto de Lei, esclarece que a matéria aqui discutida é de competência exclusiva do Executivo.

III-DO MÉRITO:

Inicialmente cumpre salientar que a Lei Orgânica Municipal estabelece que é competência privativa do prefeito municipal a iniciativa das leis que disponham sobre:

Art. 60. *São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:*

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos da Administração direta, indireta e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargo, horário de trabalho, estabilidade e aposentadoria;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

C M P N.º 788.412
FOLHA N.º 07
SERVIDOR

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos e Diretorias ou órgãos equivalentes da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária e financeira, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

Percebe-se então que qualquer iniciativa de leis que invada a esfera de competência normativa privativa do Prefeito Municipal poderá ser considerada inconstitucional. Isto porque se deve considerar, fundamentalmente, que a Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica Municipal consagra a repartição da competência legislativa entre a União, Estados e Municípios.

Os elementos do processo legislativo devem ser respeitados, inclusive no que diz respeito à complexidade do ato de formação das leis e às regras de competência reservada, sob a pena de estabelecer uma antijuridicidade constitucional.

Em que pese a inegável importância do tema, tal iniciativa é reservada tão somente ao Poder Executivo.

Portanto, sendo desrespeitada a titularidade para a apresentação da proposta legislativa, ocorrerá a usurpação de iniciativa, o que acarreta inconstitucionalidade por desobediência ao princípio da separação do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

C M P N.º 7884/21
FOLHA N.º 08
 SERVIDOR

poder, inserto no art. 2º da Constituição Federal (e que está em consonância com o art. 60 da nossa Lei Orgânica).

Assim sendo, a competência legislativa aqui debatida é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.

IV-DA CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex-officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

C M P N.º	7884/2
FOLHA N.º	09
SERVIDOR	

*Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min.
Marco Aurélio de Mello – STF.)*

Nestes termos, com amparo nas determinações constantes na Lei Orgânica Municipal, entendemos que **o Projeto de Lei em análise apresenta vício formal de iniciativa**, sendo, portanto, **inconstitucional e ilegal**, constituindo o conteúdo do mesmo de competência exclusiva do Prefeito, ressalvando, contudo, seu caráter opinativo.

É o Parecer.

À superior consideração.

ALEXANDER LESSA DE ABREU

ASSESSOR JURÍDICO

MATRÍCULA: 1706.037/21

OAB/RJ 105.177

FERNANDO FERNANDES DE A. ARAÚJO

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

MATRÍCULA: 1729.063/21

OAB/RJ 80.742